



**AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E  
SUPERVISÃO DE PRODUTOS  
FARMACÊUTICOS E ALIMENTARES**

Achada de Sto. António, C.P. 296 - A, Praia, Cabo Verde; Tel.: (+238)  
262 64 10/64 57 e 2622453; Fax: (+238) 262 49 70 Email:  
arfa@arfa.gov.cv

## **REUNIÃO COM AS AUTORIDADES COMPETENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLO DE ALIMENTOS**

*Biblioteca Nacional, 03 de Outubro de 2008*

**- RELATÓRIO SÍNTESE -**

Revisão nº01

Praia, 22 de Outubro de 2008

## Índice

---

Enquadramento.....	3
Objectivos .....	3
Resultados Esperados .....	3
Metodologia .....	4
Abertura .....	4
Desenrolar dos trabalhos .....	4
Resultados da Reunião .....	8
Conclusões e recomendações .....	11
Anexos.....	12

## **Enquadramento**

---

Ciente dos problemas inerentes à segurança e qualidade da oferta alimentar em Cabo Verde, das insuficiências do sistema de controlo de alimentos em vigor e dos novos desafios que se colocam perante o país nesta matéria, a Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) realizou no passado dia 03 de Outubro de 2008, na Biblioteca Nacional, uma reunião com as Autoridades Competentes (AC) responsáveis pelo controlo alimentar, com o objectivo de recolher subsídios para a reformulação do sistema nacional de controlo de alimentos (SNCA) visando a melhoria da sua eficácia e eficiência.

A reunião contou com representantes e técnicos dos serviços da administração pública central e local com competências no domínio do controlo de alimentos, bem como de Câmaras Municipais da ilha de Santiago (Vide anexo).

Participaram também no encontro a Delegação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil, que se encontrava na ocasião em missão técnica no país no âmbito da cooperação técnica entre essa instituição e a ARFA, de um representante da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, da Embaixada do Brasil em Cabo Verde e da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV).

## **Objectivos**

---

A reunião com as AC teve como principais objectivos:

- ⇒ Fazer, conjuntamente com as diferentes AC, o diagnóstico do controlo de alimentos no país;
- ⇒ Sensibilizar as instituições com competências no controlo dos géneros alimentícios sobre a necessidade de se trabalhar de forma articulada e integrada para o alcance do objectivo comum, ou seja, a protecção da saúde pública e do consumidor;
- ⇒ Recolher subsídios para a reorganização do Sistema Nacional de Controlo de Alimentos (SNCA), ou seja para o estabelecimento de um quadro organizacional de concertação e articulação das instituições oficiais que actuam no domínio do controlo da segurança e qualidade dos alimentos.

## **Resultados Esperados**

---

Os resultados esperados da reunião eram:

- ⇒ Instituições oficiais envolvidas no processo de reformulação do sistema nacional de controlo de alimentos sensibilizadas.

- ⇒ Balanço da situação actual do controlo de alimentos em Cabo Verde, em termos de quadro jurídico, institucional e operacional, e identificação dos principais problemas realizado;
- ⇒ Subsídios para a reformulação do Sistema Nacional de Controlo de Alimentos recolhidos;

## **Metodologia**

---

Os trabalhos foram organizados em três painéis:

*Painel I: Apresentação* do perfil do controlo de alimentos em Cabo Verde, pelas autoridades competentes da administração central e local e agência de regulação com competência no área alimentar;

*Painel II:* Caso de Cabo Verde: Subsídios para a organização e gestão do Sistema Nacional de Controlo de Alimentos à luz da experiência brasileira, pela ANVISA

*Painel III: Apresentação* de modelos organizacionais de Sistemas Nacionais de Controlo de Alimentos, pela ARFA

Após a apresentação dos três painéis decorreu uma sessão de esclarecimentos e debate.

## **Abertura**

---

A sessão de trabalhos foi aberta pelo Presidente do Conselho de Administração da ARFA, Eng.º Miguel Lima, que fez o enquadramento da reunião, ressaltando a necessidade de melhorar a coordenação e articulação entre as várias AC e de clarificar as suas competências no domínio do controlo alimentar, por forma a evitar a duplicação de esforços e a favorecer a capitalização de sinergias, com vista a maximizar os impactos das intervenções neste domínio e a contribuir de forma mais efectiva para a protecção da saúde pública e do consumidor, garantindo a segurança e qualidade dos alimentos no mercado.

## **Desenrolar dos trabalhos**

---

Após a abertura da reunião, a moderadora, Eng.ª Elsa Simões, deu início aos trabalhos, fazendo a apresentação do programa proposto para o evento, que foi validado pela plenária (Vide anexo). Seguidamente passou-se à apresentação dos diferentes painéis conforme o programa adoptado:

**Painel I:** *Apresentação* do perfil do controlo de alimentos em Cabo Verde

A apresentação deste painel contou com a intervenção de representantes dos vários serviços centrais e desconcentrados da Administração Pública com competências na área do controlo de alimentos e da agência de regulação com mandato nesta área:

- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos:

- Dr. José Luis Barros, Coordenador do Corpo Nacional de inspecção (CNI) / Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária;
- Dr.<sup>a</sup> Patricia Alfama, Directora da Qualidade, Direcção Geral das Pescas; e
- Dr.<sup>a</sup> Erilsys Hernandez, Técnica Superior do Laboratório do Instituto Nacional de Recursos Hídricos.
- Delegacia de Saúde da Praia
  - Dr. José da Rosa, Delegado de Saúde da Praia
- Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares
  - Dr. David Monteiro, Administrador da ARFA

Os palestrantes apresentaram as competências e atribuições dos seus serviços ao longo da cadeia alimentar por produto controlado, identificaram os constrangimentos vivenciados no exercício das suas competências, bem como, forneceram subsídios para a melhoria do controlo de alimentos no país (Vide anexo).

As apresentações neste painel foram complementadas por depoimentos, feitos pelos representantes dos serviços desconcentrados da Administração Pública sediados em São Vicente, presentes na reunião:

- Dr. José Manuel Monteiro de Aguiar, Delegado de Saúde;
- Eng.<sup>a</sup> Joana Flor, Delegada Regional do MECC; e
- Eng.<sup>a</sup> Francisca Fortes, Delegada do MADRRM.
- 

Os depoimentos tiveram como objectivo trazer ao debate a percepção dessas autoridades sobre o controlo de alimentos a nível local, bem como do país.

No geral, estes corroboraram o diagnóstico feito pelas AC, confirmando assim as fraquezas identificadas.

## **Painel II:** Caso de Cabo Verde: Subsídios para a organização e gestão do Sistema Nacional de Controlo de Alimentos à luz da experiência brasileira

Este painel foi apresentado pela Dra. Denise Resende, Gerente Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil (ANVISA), membro da Delegação da ANVISA.

Embora a realidade brasileira seja diferente, os problemas em matéria de controlo de alimentos, em muitos aspectos, são comuns, em particular os relativos à coordenação e integração das intervenções.

Assim, a apresentação deste painel teve como objectivo partilhar a experiência brasileira em matéria de controlo de alimentos, evidenciando os problemas e as soluções encontradas, em particular no respeitante às condicionantes relativas à coordenação, articulação e integração de acções nesse domínio (Vide anexo).

A palestrante iniciou a sua exposição apresentando os principais indicadores estatísticos do sector alimentar brasileiro, de forma a ter-se uma percepção da dimensão do mesmo:

- 21 000 Indústrias alimentares cadastradas correspondendo à 1,3 milhões de pessoas contratadas;
- 4,94 Milhões de agro-negócio & 17,6 milhões de pessoas contratadas;
- 1 Milhão de Empresas de Alimentação (*Food service businesses*).

Seguidamente, apresentou o Sistema de Vigilância Sanitária de Alimentos Brasileiro enquanto componente do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), evidenciando que a vigilância sanitária dos alimentos no Brasil é efectuada principalmente pelo Ministério da Saúde e Ministério de Agricultura, apesar de integrar dez outros ministérios. Importa referir que a ANVISA, é a instituição responsável pela gestão do SNVS, está vinculada ao Ministério da Saúde e tem um contrato de gestão com esse ministério.

Foi igualmente apresentada a unidade orgânica da ANVISA responsável pela vigilância sanitária dos alimentos, a Gerência Geral de Alimentos, tendo sido realçada a criação em 2007, da Câmara Sectorial de Alimentos<sup>1</sup> e as principais interfaces desta unidade orgânica com outras Gerências Gerais da ANVISA.<sup>2</sup>

Também, foram abordados, durante a explanação, os modelos de controlo de alimentos actualmente adoptados no Brasil<sup>3</sup> e suas limitações.

---

<sup>1</sup> Fórum consultivo, composto por representantes do governo, da sociedade civil organizada e dos operadores económicos. Tem como atribuição concorrer para a formulação da política nacional de vigilância sanitária de alimentos e reúne-se duas vezes por ano.

<sup>2</sup> Gerência Geral de Portos e Aeroportos e Fronteiras (GGPAF); Gerência Geral de Toxicologia (GGTOX); e Gerência Geral de Laboratórios de Saúde Pública (GGLAS)

<sup>3</sup> Modelo misto que compreende o modelo de controlo pré-mercado (Ênfase no registo de produtos, aprovação de rotulagem, alvarás, licenças, etc.) e o controlo pós mercado (Responsabilidade pela segurança e qualidade dos produtos é da empresa; nova abordagem da inspecção/avaliação da eficácia e eficiência das BP e dos sistemas de auto controlo; enfoque nas doenças veiculadas por alimentos, análise de riscos, entre outros).

A palestrante terminou a sua exposição apresentando exemplos de integração de actores governamentais envolvidos na produção e controlo de alimentos, mais concretamente entre a GGALI/ANVISA e outros departamentos governamentais:

- Departamento de Minas e Energia, para o controlo de água mineral;
- Ministério de Desenvolvimento Social, no âmbito de uma iniciativa relativa aos Restaurantes Populares;
- Ministério do Meio Ambiente para o controlo da produção de palmito em conserva;
- Ministério da Saúde:
  - Vigilância epidemiológica no âmbito da rede de alerta sanitária e investigação de surtos (RCVISA);
  - Vigilância nutricional no quadro do programa exploratório de determinação do perfil nutricional de alguns alimentos, com vista a diminuir o impacto das *doenças crónicas transmissíveis pelos alimentos*.
- Ministério de Relações Exteriores, no caso da rejeição de lotes de mamão importados do Brasil, pela Holanda, devido a níveis de resíduos de pesticidas superiores aos permitidos (Painel de resolução de conflito junto da OMC);
- Ministério da Justiça (em particular do Departamento de Protecção do Consumidor e dos PROCONS) e Ministério de Agricultura, no caso de desvio na qualidade do leite produzido no Brasil / Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite (CQUALI); e
- Ministério do Turismo, intervenção nos serviços de alimentação nos municípios com potencialidades turísticas, em parceria com a SEBRAE, SENAI, ANIVA, etc., na área de capacitação de manipuladores de alimentos e a elaboração de brochuras destinadas ao turista.

**Painel III: Apresentação** de modelos organizacionais de Sistemas Nacionais de Controlo de Alimentos

O painel foi apresentado pela Directora do Desenvolvimento da Qualidade, da ARFA, e teve como objectivo dar a conhecer aos participantes os possíveis modelos de organização de sistemas de controlo de alimentos a nível nacional, tendo como quadro de referência as Directrizes da OMS/FAO <sup>4</sup> relativas ao reforço dos sistemas nacionais de controlo de alimentos, dirigidas aos governos, no sentido de os apoiar na criação ou reformulação dos seus sistemas nessa área.

Foram apresentados três modelos organizacionais de sistemas nacionais de controlo de alimentos, evidenciando as suas principais características (Vide anexo):

---

<sup>4</sup> Garantir la sécurité sanitaire et la qualité des aliments - Directives pour le renforcement des systèmes nationaux de contrôle alimentaire, OMS/FAO – Rome 2003

- **Sistema com múltiplos organismos**, fundado em diferentes organismos com competências no domínio do controlo de alimentos;
- **Sistema com um único organismo**, em que as responsabilidades relativas à segurança e qualidade dos alimentos encontram-se centralizadas numa única agência com competências claramente definidas;
- **Sistema Integrado**, modelo intermédio, tendo como pressupostos a colaboração e coordenação efectiva dos diferentes organismos ao longo da cadeia alimentar. Geralmente está estruturado em vários níveis organizacionais, e integra: (i) um organismo nacional independente de controlo de alimentos que tem como principais funções a formulação de políticas, avaliação e gestão de riscos e elaboração de normas e regulamentos, bem como a coordenação de actividades de controlo alimentar, seguimento e auditoria; e (ii) os organismos multisectoriais existentes assumem as funções quotidianas inerentes às actividades de inspecção de alimentos, portanto actividades a nível operacional.

## Resultados da Reunião

---

Na sessão de debate que se seguiu à apresentação dos diferentes painéis, as intervenções na plenária, de uma forma geral, convergiram no sentido de corroborar e complementar as insuficiências do controlo e os problemas sanitários e qualidade dos alimentos identificados no painel I, bem como de ressaltar a necessidade premente de se repensar o sistema nacional de controlo nesta área, com vista à melhoria da sua eficácia e eficiência.

Os aspectos mais destacados nas apresentações efectuadas pelas diferentes autoridades competentes e no debate que se seguiu são, a seguir, retomados de forma sistematizada:

### i. *Constrangimentos inerentes ao sistema de controlo de alimentos em vigor*

#### *Gestão das actividades de controlo alimentar:*

- Sobreposição de competências e existência de áreas totalmente a descoberto<sup>5</sup>(Vide anexo);
- Insuficiência em termos de coordenação e articulação entre as várias entidades envolvidas no controlo de alimentos, quer a nível central como local, bem como entre esses níveis administrativos;
- Inexistência de um sistema de registo de doenças transmissíveis por alimentos (DTA's);
- Insuficiente sistematização e circulação da informação gerada pelos diferentes serviços envolvidos directa ou indirectamente no controlo de alimentos;

---

<sup>5</sup> Controlo da segurança sanitária e qualidade dos alimentos de origem vegetal



***Legislação e regulamentação:***

- Inadequação da legislação e regulamentação de suporte ao controlo da segurança e qualidade dos géneros alimentícios produzidos localmente, importados e exportados (incluído da água para consumo humano);
- Produção de regulamentos técnicos no sector alimentar de forma desarticulada;
- Inexistência de regulamentação técnica aplicável à produção/processamento de alimentos a nível nacional (em particular da indústria alimentar nacional);

***Inspecção:***

- Inexistência de procedimentos harmonizados de inspecção;
- Insuficiência de recursos humanos qualificados;
- Enquadramento institucional dos inspectores inadequado;
- Infraestrutura de suporte à inspecção muito aquém das necessidades;
- Exercício da autoridade no domínio do controlo sanitário e qualidade de alimentos ainda insuficiente.

***Capacidade laboratorial:***

- Inexistência de um laboratório de controlo da qualidade dos alimentos;
- Capacidade laboratorial instalada de controlo da qualidade de alimentos insuficiente e dispersa;
- Localização inadequada do actual laboratório para controlo dos produtos da pesca;

***Informação e formação:***

- Formação dos agentes de controlo insuficiente e de carácter pontual;
- Informação e formação dos consumidores e operadores económicos ainda muito incipiente;

***Financiamento:***

- Financiamento das actividades de controlo alimentar insuficiente com impacto negativo na capacidade de intervenção das autoridades competentes.

***ii. Problemas sanitários:***

- Abate clandestino e inspecção sanitária insuficiente a nível dos matadouros e da comercialização de carne e seus derivados;
- Funcionamento de matadouros em condições inadequadas;
- Localização e construção de matadouros municipais sem a devida articulação com os serviços técnicos competentes;
- Prazos de validade dos produtos importados demasiado curtos (em particular lacticínios e derivados);
- Acondicionamento inadequado de produtos alimentares perecíveis importados, em particular carnes e legumes (não refrigerados);
- Qualidade da água engarrafada de mesa;

- Controlo da segurança sanitária e qualidade do pescado comercializado no mercado a descoberto;
- Controlo sanitário da produção nacional incipiente.

***iii. Subsídios para a melhoria do sistema de controlo de alimentos em vigor***  
***Gestão das actividades de controlo alimentar***

- Promover a coordenação e a programação das actividades das autoridades competentes envolvidas no controlo de alimentos;
- Promover a integração das intervenções das diferentes autoridades competentes responsáveis pelo controlo de alimentos visando capitalizar as sinergias e maximizar o impacto das suas acções;
- Efectuar o diagnóstico das doenças transmissíveis por alimentos (DTA's) no país, de forma a melhor focalizar as acções de controlo da segurança sanitária de alimentos;
- Monitorizar as DTA's.

***Legislação e regulamentação:***

- Rever e adequar a legislação e regulamentação relativa aos alimentos para consumo humano e animal, em conformidade com os compromissos assumidos pelo país a nível regional e internacional (CEDEAO, UE (Parceria Especial com a União Europeia) e OMC (Acordos SPS e OTC));
- Promover a produção de leis e regulamentos na área de alimentos de forma coordenada e harmonizada;

***Inspecção:***

- Melhorar o enquadramento institucional dos inspectores;
- Reforçar a organização e a capacidade de intervenção das diferentes autoridades competentes, tanto a nível central como a nível local (recursos humanos qualificados, infraestrutura de suporte, materiais e equipamentos, entre outros);
- Instituir programas de formação contínua dos agentes de controlo de alimentos;

***Capacidade laboratorial:***

- Criação de um laboratório central p/a o controlo da qualidade dos alimentos a partir da capacidade laboratorial existente;
- Localização do novo laboratório de controlo dos produtos da pesca em São Vicente.

***Informação e formação:***

- Reforçar a informação e formação dos operadores económicos e dos consumidores, considerando o papel dos primeiros na garantia da segurança

e qualidade dos alimentos que colocam no mercado e dos segundos na qualidade de fiscalizador;

Outro aspecto importante da reunião foi o consenso gerado, na plenária, em torno do modelo organizacional de sistema de controlo mais adequado para o país, ou seja *o sistema integrado*.

Do debate também ficou patente a necessidade de uma maior integração das acções das AC, tendo-se identificado algumas áreas potenciais de integração da ARFA com as diferentes AC.

Como por exemplo com:

- A Direcção Geral das Pescas, no que se refere à revisão dos regulamentos técnicos relativos ao controlo dos produtos da pesca;
- A Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, relativamente ao controlo da segurança e qualidade dos produtos de origem vegetal;
- A Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Câmaras Municipais e Delegacias de Saúde, no que toca ao abate clandestino; Entre outros.

### **Conclusões e recomendações**

---

Pelo elevado número de autoridades competentes presentes na reunião e pela qualidade das contribuições prestadas considera-se que, só por isto, a reunião com as AC superou as expectativas. A ponto de se ter registado um largo consenso em que a reunião se tenha constituído num importante marco no lançamento do processo de reorganização do sistema nacional de controlo de alimentos, em que a ARFA deve assumir-se como instituição promotora.

De ressaltar que uma das contribuições importantes foi a escolha como modelo organizacional do sistema de controlo de alimentos mais adequado para Cabo Verde, *do sistema integrado*, que constituirá uma base sólida para a elaboração da proposta de reestruturação do SNCA.

Em termos de seguimento, ficou estabelecido que a ARFA deverá com base nos resultados da reunião elaborar uma proposta de reorganização do sistema nacional de controlo de alimentos e submeter, ainda este ano, aos participantes e instituições representadas nesse encontro para apreciação.

No que diz respeito ao projecto de laboratório de controlo da qualidade dos alimentos que está a ser desenvolvido pela ARFA, ficou o compromisso de que esta agência fornecerá oportunamente informações pertinentes sobre o mesmo.

Foi ainda recomendado que a análise da reorganização do sistema de controlo de alimentos seja estendida aos organismos representativos dos operadores económicos e dos consumidores.

## **Anexos**

---

Anexo nº1: Lista de participantes

Anexo nº2: Programa da reunião

Anexo nº3: Apresentações

ARFA, 22 de Outubro de 2008